

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA?

Eduardo Santos Araujo

Faculdade de Educação/UFMG – Brasil
eduardoaraujo.araujoeduardo@gmail.com

No Brasil, entre os estados subnacionais, até 2014, o contexto político de Minas Gerais contou com a liderança de políticos alinhados a partidos mais conservadores, ao centro ou centro-direita. Os anos entre 2003 e 2014 marcaram o período no qual o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) governou o estado a partir de pressupostos da Nova Gestão Pública, tendo por diretriz principal a diminuição da máquina estatal e a gestão para resultados. Especificamente em relação à educação, o foco na gestão para resultados se consolidou por diversos vieses, como a intensificação dos processos de avaliação externa, a partir da inserção do prêmio de produtividade e “ranqueamento” de escolas, entre outros, típicos de políticas de *accountability*.

A eleição de Fernando Pimentel – Partido dos Trabalhadores (PT) – no pleito para o governo estadual em 2014 expressa a escolha de um projeto alternativo que poderia denotar mudanças nos processos de construção de políticas públicas. Uma vez tendo sido derrotado nas urnas um projeto que trazia consigo os pressupostos da gestão para resultados e diminuição da máquina estatal, tornou-se válido analisar qual projeto de educação passou a vigorar a partir 2015.

Assim, este trabalho analisou como foram construídas, durante o governo 2015-2018, as ações referentes, por exemplo, à carreira, remuneração e valorização dos profissionais da educação; ao formato das avaliações externas; à política de educação integral e às gestões escolar e educacional, especialmente frente às expectativas de construção de políticas públicas diferenciadas, a partir do “modo petista de governar” – o qual se configura, segundo Bittar e Lassance (2003), por um governo democrático e popular, que inverta prioridades e construa novas formas de relação entre Estado e sociedade, numa definição de agenda política transformadora.

A pesquisa teve como objetivo geral entender as políticas públicas da educação durante o Governo do PT em Minas Gerais (2015-2018), partindo da hipótese que as mudanças realizadas nesse campo durante o período se deram sob uma matriz

democrático-participativa, modificando os seus fundamentos e reconstruindo a imagem dessas políticas em todo o seu ciclo, desde as ideias até a avaliação. No campo educacional já existiam pesquisas que analisaram a relação entre partidos políticos no governo e construção das políticas públicas educacionais, procurando apontar em que medida estas são influenciadas pelo partido que está no poder, uma vez que estes demonstram suas concepções sobre sociedade, educação, democracia, etc., a partir dos seus discursos, dos seus documentos e/ou da sua ação nos diversos poderes (GRACINDO, 1994; GOUVEIA, 2008). Tais concepções partem das ideias que os partidos carregam consigo e que, subsequentemente, acabam por gerar direcionamentos distintos nas ações em relação às políticas públicas.

Na perspectiva de Pateman (1992), uma concepção democrática díspar da teoria democrática contemporânea (democracia representativa – participação das minorias ou das elites) constitui a democracia participativa, como possibilidade de efetivação de um projeto de sociedade, que obtenha através da participação a formação/aprimoramento do cidadão para a/pela própria democracia. A matriz democrático-participativa e a relação explicativa da mudança de ideias relacionada ao partido no poder resultaram em um modelo teórico que teve como referência os conceitos de Estado, democracia, partidos políticos e políticas públicas.

Ao explicar as mudanças de matriz através da alternância partidária, elaborou-se uma revisão de literatura com o objetivo de demonstrar como as pesquisas sobre a atuação dos Governos do PT na educação se organizaram e trataram a temática. Esse movimento visou também apontar as aproximações e distanciamentos da abordagem do objeto pesquisado, além de fazer uma leitura sobre o referido partido e sua história, que fez com que a democracia participativa se tornasse uma matriz relevante para a base dos governos municipais, estaduais e federal.

A pesquisa empírica foi constituída por dados documentais, como os Planos Mineiros de Desenvolvimento Integrado – que se constituem pelos indicativos dos problemas que se instauram na agenda do governo estadual e como este pretende alcançar suas resoluções, servindo de base para o plano plurianual e para o orçamento anual –; as resoluções expedidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG); documentos orientadores das políticas educacionais e *e-mails* institucionais enviados pela SEE/MG que receberam tratamento analítico, conforme Bardin (1977).

A partir dos documentos, a análise das ações propostas no âmbito da gestão educacional demonstra opções pela alteração fundamental da performatividade da política em todos os eixos durante o governo analisado. A configuração da imagem da política de avaliação, por exemplo, tem enfoque voltado para o processo, em detrimento do resultado, e para as ações de equidade – com a retirada do prêmio de produtividade e a escolha por demonstrar o trabalho realizado pelas escolas, visando a melhoria da prática pedagógica, ao invés da divulgação exclusiva da nota final do Ideb. Destaca-se que a divulgação de notas finais das avaliações externas nem sempre representa os esforços de tantas escolas que, por fatores extraescolares – que alteram veementemente o fluxo de aprendizagem e enfraquecem o resultado dos seus esforços – são impedidas de alcançar as metas preconizadas pelos governos para suas respectivas unidades escolares.

Nesse sentido, é preciso ter em vista que o problema educacional é construído de maneira distinta na agenda das políticas educacionais analisadas no período, com o reconhecimento do problema de proficiência acadêmica (fator endógeno), mas apontando para os fatores sociais implicados no processo (fatores exógenos). Assim, a resposta dada ao problema educacional parece advir de movimentos distintos, que não aqueles relacionados exclusivamente às questões de gestão, porém respondidos, especialmente, pela inserção participativa dos sujeitos do processo educativo. A própria análise de resultados de avaliação é realizada de acordo com eixos (direito à aprendizagem; gestão democrática e participativa; fortalecimento do trabalho coletivo; e relação da escola com a comunidade), dos quais $\frac{3}{4}$ (três quartos) têm caráter participativo, implicando em uma concepção de aprendizagem correlacionada à abertura à participação.

A formação da agenda, em política pública de educação, demanda uma série de opções ao longo do percurso constitutivo, na qual são demonstrados pendores específicos e prioridades de cada governo. Para cada uma das categorias, previamente selecionadas para a análise das políticas no Governo Pimentel – democracia participativa, democratização do acesso e reparação –, houve achados que as corroboraram, permitindo que fossem delineadas as escolhas governamentais para as políticas, em termos de agenda, seleção de alternativas e tomada de decisão. A horizontalização dos processos de desenho de política pública (construção *bottom-up*) é verificada a partir de várias ações executadas na educação, tendo como instrumentos metodológicos a instituição de grupos

de trabalho e proposição de várias “rodas de conversa” nas escolas, se constituindo dialogicamente e promovendo a participação.

Segundo Santos (2002), um dos limites da democracia clássica é a representação das minorias (agendas e identidades específicas). Nesse sentido, a democracia participativa enseja a integração da diversidade. A sondagem e análise dos dados da pesquisa permitiram o mapeamento de substancial número de ações para fomento à diversidade idealizadas, inseridas na agenda e implementadas pelo Governo Pimentel na educação, como procedimentos e normativas exclusivos criados para os processos de contratação de pessoal e para ações específicas das escolas indígenas, do campo e quilombolas.

As escolas são incentivadas, a cada documento orientador e normativa expedida pela rede, a construções coletivas e ações que ensejem o fortalecimento das coletividades. Como exemplo disso, foi facultada a construção de projetos de trabalho nas escolas estaduais de Minas Gerais. Nestes, ao invés de uma proposta padronizada por *policy makers*, as escolas (com a participação de todos os segmentos) construiriam e demandariam os recursos da SEE/MG para a implementação das ações no contexto escolar, numa construção genuinamente *bottom-up*. A análise dos dados coletados durante a pesquisa empírica confirmou a hipótese de que as políticas públicas em educação desenvolvidas pelo Governo Pimentel em Minas Gerais tiveram o seu *modus operandi* alterado a partir da matriz democrático-participativa.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BITTAR, Jorge; LASSANCE, Antônio. O modo petista de governar. In: BITTAR, Jorge (Org.). **Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- GOUVEIA, Andréa Barbosa. **Partidos políticos e trajetórias da política educacional municipal: um estudo sobre uma administração do PFL em Curitiba e do PT em Londrina (2001-2004)**. 2008. 270 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05082008-135454/publico/>>. Acesso em: 19 set. 2022.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O escrito, o dito e o feito**: educação e partidos políticos. Campinas, SP: Papirus, 1994. 359p.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.